

Por que analfabeto ?

Português

Enviado por: aquiasvalasco@seed.pr.gov.br

Postado em: 03/05/2010

O Analfabeto é individual, mas o analfabetismo é coletivo é social. Letrar não é alfabetizar. Quando começa e quando termina a alfabetização? Quando começa e quando termina o letramento?

O Analfabeto é individual, mas o analfabetismo é coletivo é social. Letrar não é alfabetizar. Quando começa e quando termina a alfabetização? Quando começa e quando termina o letramento? Por Evandro Brandão Barbosa O conceito de analfabetismo é enunciado pelas pessoas alfabetizadas, autoridades do governo e profissionais da educação. As pessoas que não sabem ler nem escrever não se autodenominam analfabetas, são assim chamadas porque vivem numa sociedade de cultura escrita. O termo analfabeto está vinculado ao indivíduo, porém o analfabetismo é coletivo, consequentemente histórico, socioeconômico e político. A responsabilidade pela busca de soluções para esse problema é social. A tarefa de alfabetizar e as suas consequências são sociais. Porque é da interação entre o alfabetizado e a sociedade onde este vive, que as suas práticas sociais devem ser realizadas. No entanto, alfabetizar não é letrar; esse letramento deve ocorrer socialmente – pode ser sem escolarização – e também a partir da caracterização de uma prática alfabetizadora contextualizada, seja para crianças em idade escolar, seja para jovens e adultos com escolarização defasada. O analfabetismo é um fenômeno social que precisa ser estudado considerando-se as interações sociais e o modo como o exercício do poder se processa, bem como a distribuição de riqueza da sociedade em questão, pois são estes aspectos que determinam a política educacional global. A utilização da palavra fenômeno neste contexto torna-se justificável devido ao uso do adjetivo social, e neste caso trata-se de problema. O analfabetismo é um fenômeno social, é um problema social, porque o ônus socioeconômico de existir pessoas que não dispõem das condições para realizar as práticas sociais requeridas pela sociedade, é elevado para todos os integrantes da comunidade. Ao definir o analfabetismo funcional como o resultado de uma escolarização inferior aos 4 anos de escolaridade, na década de 90, a UNESCO determinou que esse é o mínimo de tempo suficiente para que uma pessoa frequente a escola e aprenda a leitura e a escrita necessárias ao enfrentamento das demandas da vida social; supõe-se também que essa escolarização habilite as pessoas para a satisfação das suas necessidades, no que diz respeito a poder trabalhar e gerar a renda suficiente, no mínimo para a própria subsistência. Porém, na prática, as diferentes sociedades demandam a leitura e a escrita de formas diferentes e em níveis diferentes. Ao utilizar o mesmo conceito de analfabetismo funcional, o IBGE mascara os resultados das pesquisas sobre o nível de alfabetização da sociedade brasileira. Porque a baixa escolarização como parâmetro de classificação diagnostica uma quantidade menor de pessoas consideradas analfabetas do que aquela que seria classificada a partir de um nível de escolarização mais elevado, oito ou nove anos. Assim, classificar o analfabetismo como uma resultante do número de séries escolares cursadas pode até ser viável para algumas finalidades, mas não o é para o atendimento das necessidades sociais. Pois nem sempre aquele que cursou mais de quatro anos de escola tem a posse das ferramentas de leitura e escrita para efetivamente utilizá-las. Por isso, a avaliação sobre o nível de letramento da sociedade torna-se mais coerente e produz informações mais realistas para os tomadores de decisão na área educacional e política. Em relação ao nível de letramento e a sua avaliação, supor que este pode ser avaliado e medido utilizando-se o critério de conclusão de uma

determinada série escolar, certamente é um equívoco (SOARES, 2004). Mesmo porque, o letramento é contínuo e não há uma época na vida de uma pessoa, na qual esta possa ser considerada letrada, como se esse processo estivesse terminado. Também seria um erro considerar o letramento como uma aquisição permanente, no sentido de algo que não pode ser perdido. A legislação educacional de cada país define o que é ser alfabetizado ou não. Assim, conforme citado no Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF-2004), "na América do Norte e na Europa, por exemplo, tomam-se oito ou nove anos como patamar mínimo para se atingir o alfabetismo Nacional". Esse alfabetismo funcional representa a habilitação das pessoas para compreender as relações sociais do trabalho, das instituições com os cidadãos, e, a capacidade de integrar-se à sociedade.

Desse modo, as questões relacionadas ao estudo e à compreensão do analfabetismo estão inter-relacionadas com as ações políticas, econômicas e sociais. A consolidação de um parâmetro que possa explicitar que tipo de analfabetismo é prejudicial para o País, levará à criação das condições para enfrentá-lo e reduzi-lo a taxas insignificantes. As conceituações de alfabetismo, alfabetização, letramento, analfabetismo, alfabetismo funcional, analfabetismo funcional são importantes para construir um arcabouço teórico e visualizar um problema prático que carece de solução. Mas tais conceitos não devem permanecer distantes do conhecimento daqueles que administram a Educação no País, no Estado e no Município.

REFERÊNCIAS SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 2. ed. 8. reimpr. – Belo Horizonte: Autêntica, 2004. Este conteúdo foi acessado no Portal administradores em 25/04/2010. Todas as modificações posteriores são de responsabilidade do autor original da matéria.